

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP DO PORTO DE FORTALEZA – 2020

DATA E HORA: 19/06/2020 às 08:30hs

LOCAL: Videoconferência, através do sistema Microsoft Teams.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quorum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes.

O Presidente justifica o longo período sem a realização da reunião, tendo em vista a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Quanto às providências tomadas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, o Dr. Fábio Lavor informou que vêm sendo tomadas ações no combate à pandemia do novo coronavírus, mas mantendo o cuidado de não haver prejuízo das atividades, afastando os empregados que se encontram no quadro de riscos, realizando revezamento com os demais colaboradores, bem como fazendo uma série de ações de acompanhamento dos Portos, visando a troca de experiência e as medidas tomadas, pois a principal preocupação é que não ocorra a suspensão das atividades do setor portuário, visto que é uma atividade essencial e mencionou a edição da MP 945.

Informou, ainda, que os processos com vistas a promover as licitações de arrendamentos continuam, com exceção àquelas que envolvem a movimentação de passageiros, como é o caso do Terminal Marítimo de Passageiros – TMP do Porto de Fortaleza, pois no momento de pandemia o setor de turismo e navios de cruzeiro foi mais afetado. Dessa forma, na época em que seria realizada a licitação – março/2020 - haviam muitas incertezas e a licitação foi suspensa. A ideia é, após se termos mais clareza das expectativas do setor, serão retomadas as ações para este processo, que é de extrema importância tanto para o Porto quanto para o desenvolvimento do turismo do país.

Além disso, foi mencionado das movimentações totais de cargas de 3,1% nos Portos, onde a movimentação maior são os grãos, e ocorreu um impacto negativo na movimentação de combustível. Em alguns Portos essa queda está chegando a 30%, mas há um acréscimo na movimentação geral. Os números consolidados são de Janeiro a Abril de 2020, comparado ao mesmo período de 2019.

II. Apresentação e posse dos membros presentes, a ser consignada em Ata:

O Sr. Ricardo Barillo Cruz tomou posse como conselheiro titular, representando o Poder Público, indicado pela Marinha do Brasil.

O Presidente do CAP deu as boas-vindas ao novo membro, se colocou à disposição para, eventualmente, conversar acerca de demandas específicas e reforçou a importância da Marinha do Brasil para o setor portuário nacional.

III. Aprovação da ata da 5ª reunião ordinária do CAP em 2019:

A ata foi submetida à aprovação do plenário pelo Presidente e aprovada por unanimidade.

ORDEM DO DIA

IV. Informações acerca das ações que vêm sendo adotadas pela Companhia Docas do Ceará face à pandemia do Covid-19 – Relatora: Dra. Mayhara Chaves – Presidente da Companhia Docas do Ceará.

A Diretora Presidente, Dra. Mayhara Chaves, informou que a partir das medidas estabelecidas pelo Governo, a Companhia iniciou algumas ações internas de prevenção à disseminação do COVID-19. Iniciou com o afastamento de todos os colaboradores do grupo de risco, incluindo as pessoas com doenças crônicas. Considerando que o período de pandemia poderia durar meses, a Companhia concedeu férias a todos esses colaboradores e ao término das férias, foi instituído o trabalho remoto, bem como o banco de horas para os serviços que não podem ser feitos remotamente. Na sequência foi iniciado o processo para aquisição de equipamentos de segurança, como máscaras, de tecido e face de plástico, e álcool gel 70%. Posteriormente, foi contratada uma empresa de saúde, na qual enfermeiros têm aferido a temperatura dos colaboradores na entrada do Porto e têm comparecido às salas a fim de tirar dúvidas e orientar acerca dos cuidados a serem tomados para evitar a contaminação e proliferação do vírus. Outra medida citada pela Diretora foi a flexibilização do horário de trabalho do administrativo e, em seguida, a CDC providenciou um documento para os colaboradores comprovando seu vínculo de trabalho com o Porto e fundamentando que a atividade portuária é uma atividade essencial.

A Diretora informou que está sendo firmado um Convênio entre a CDC e o Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Fortaleza - OGMO, com a interveniência e anuência do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Ceará – SINDACE, acerca do ressarcimento, pela CDC, dos arrendatários de instalações portuárias e operadores portuários dos valores por eles despendidos a título de indenização aos trabalhadores portuários avulsos, para regularizar a situação junto aos operadores portuários. Outra ação tomada pela Companhia foi a realização de desinfecções no Porto, em parceria com a Marinha do Brasil. Ressaltou que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA está fazendo um acompanhamento de perto, onde são repassados os números de envolvidos no Porto, tanto suspeitos quanto confirmados como de óbitos. Com isso é possível acompanhar toda a comunidade Portuária de cada Cidade.

A Dra. Mayhara Chaves ressaltou que a Companhia, juntamente com a ANVISA, abasteceu com alimentação os navios de passageiros que passaram na costa do Porto no período de pandemia, em que além de ser um dever é uma ação comunitária. No que se refere aos números de casos, a Diretora informou que o Porto tem um total de 663 trabalhadores diretos, como empregados, terceirizados e TPA's, e os dados mais atualizados mostram que foram afastados 124 colaboradores, ocorreram 12 casos suspeitos, 7 diagnosticados com o novo Corona vírus e 3 óbitos.

O Conselheiro Sr. Francisco José Teles de Santana, representante da Associação Brasileira de Terminais Alfandegados - ABTRA, falou das medidas adotadas pelo órgão.

O Conselheiro Ricardo Barillo, representante da Marinha do Brasil, colocou-se à disposição para os órgãos presentes, caso necessitem das desinfecções realizadas no Porto.

O Presidente do Conselho informou que a SNPTA está buscando padronizar as ações entre os diversos Portos Públicos do país, bem como levar as boas práticas de uma Autoridade Portuária para outra. Por fim, agradeceu a participação da Marinha do Brasil que vem agindo com muita celeridade nesses casos, bem como agradeceu os relatos do conselheiro Francisco Santana.

V. Relatório da movimentação de cargas no Porto de Fortaleza do período de janeiro a maio do ano de 2020. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial, Mario Jorge Cavalcanti, informou que - embora o Brasil esteja vivendo um período de recessão - houve o acréscimo de 13,53% do acumulado de movimentação no Porto de Fortaleza até maio de 2020, que representa 2 milhões e 23 mil toneladas, a qual é um número bastante expressivo no momento em que o país está vivendo.

O Diretor informou que poderá haver alguma uma redução pontual na movimentação do granel líquido, mas que até o final de 2020, com a economia voltando, essa movimentação poderá ser recuperada, pois é a grande fonte de movimentação do Porto. Em contrapartida, a movimentação de gás de cozinha está tendo um crescimento relevante, ainda que essa movimentação seja menor comparada às demais movimentações.

No tocante à movimentação de granel sólido, foram movimentadas 256 mil toneladas, com aproximadamente 100 mil toneladas de trigo e 156 mil toneladas de outros grãos não cereais. Quanto às demais movimentações, como manganês, clínquer, coque e escória, os números estão bastante positivos, superando em 27,5% a movimentação até maio de 2019. Em relação à carga geral, foi apresentado um crescimento de 13,6%, acerca da exportação de farinha de trigo, onde foi utilizado o terminal de bagagem para armazenar essa carga, visto que não tem navios de passageiros nesse momento. Complementou informando que, acerca do percentual de carga geral, houve a movimentação de cargas eólicas, cuja movimentação não acontece no Porto há anos. O Diretor concluiu informando que o Porto está na expectativa de finalizar o ano de 2020 com a movimentação superior à do ano de 2019.

O Conselheiro Sr. Francisco José Teles de Santana comentou que o Porto do Mucuripe é, historicamente, um dos três maiores movimentadores de carga eólica do hemisfério sul, visto que é uma indústria totalmente direcionada para o Porto de Fortaleza.

A Dra. Mayhara Chaves, Diretora Presidente, informou que estão sendo tomadas medidas quanto às cessões das áreas não operacionais, citou o exemplo da concessão do cais pesqueiro, onde a empresa vencedora da área foi a COMPEX, e que há a expectativa de geração de cerca de 300 empregos diretos dentro da área do Porto de Fortaleza.

Quanto ao Terminal Marítimo de Passageiros – TMP, a Diretora informou que aguarda novas instruções do Ministério da Infraestrutura para o reagendamento do leilão, bem como está aguardando a mudança de um decreto federal para licitar o Terminal de Camocim, e após a alteração do decreto, será instalado os processos para licitação da área. Com isso, haverá uma redução de R\$ 500.000,00 por ano de despesa do Terminal de Camocim.

O Presidente do Conselho informou que recentemente foi publicado um estudo pelo Tribunal de Contas da União - TCU, visando a realização de auditoria em todos os Portos Públicos, estudo esse que buscava comparar os crescimentos de Terminais Privados em comparação com os Portos Públicos. O resultado do trabalho está no relatório publicado no site

do TCU. Fez uma ressalva específica informando que foi publicado na imprensa que o Porto de Fortaleza tem 92% de sua área ociosa, tendo o tribunal considerado como área ociosa uma área que não está arrendada e não considerando a operação em cais público, que é uma característica do nosso porto.

Informou, ainda, que a SNPTA considerou interessante o resultado do relatório, pois o diagnóstico do tribunal é muito próximo ao diagnóstico dos Portos, dando força para propor, junto ao Congresso, as medidas legais que o ministério julga adequadas. O Presidente do Conselho sugeriu a leitura do citado relatório ao colegiado.

A Diretora Presidente, Dra. Mayhara Chaves, reforçou que, conforme o relatório citado, o TCU considerou tudo o que não era arrendamento como ocioso, devendo o Porto de Fortaleza justificar-se, perante a imprensa, que 8% da área é arrendada e 92% corresponde às áreas não arrendadas e são áreas públicas que os operadores portuários trabalham, visto que o relatório não considerou o futuro arrendamento do TMP e o Cais Pesqueiro, concluindo que não é área ociosa e sim área não arrendada.

O Diretor Comercial, Dr. Mario Jorge, informou que o Terminal de Grãos está sendo arrendado e que o processo de consulta pública já foi aberto e a audiência pública agendada. Frisou que todas as informações estão disponíveis no site da ANTAQ, inclusive para envio de contribuições, visando fechar o modelo final.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VI. Atualização sobre as providências para remoção dos restos do navio NM SEAWIND. Relator: Representante da Capitania dos Portos.

O Conselheiro Sr. Ricardo Barillo Cruz, representante da Marinha do Brasil, informou que é um assunto que foi judicializado recentemente e que a Capitania dos Portos é responsável pela salvaguarda desse bem afundado. Quanto às providências relativas ao referido navio, o Conselheiro comunicou que a Autoridade Marítima tem a missão de garantir a segurança do tráfego hidroviário e solicitará o apoio da Autoridade Portuária para a resolução do assunto.

O Presidente do Conselho agradeceu as informações e solicitou uma especial atenção ao caso, visto que a embarcação naufragada na área do Porto pode por em risco alguma operação do porto.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VII. Atualização sobre a operacionalização do Terminal Marítimo de Passageiros. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial, Dr. Mario Jorge, reforçou que, com a pandemia e a recomendação do isolamento social, o Leilão foi suspenso e os possíveis arrendatários, ou seja, as empresas interessadas na licitação se mostraram preocupadas, tendo em vista que o setor de cruzeiro foi muito afetado pela pandemia. O Diretor informou que as empresas acompanharam a recuperação do setor, mas ainda se mostram interessadas, o que é uma excelente sinalização.

O Presidente do Conselho informou que será avaliada a velocidade da retomada do setor de cruzeiros marítimos de passageiros, bem como os desafios enfrentados nesse retorno, mas que é uma licitação que o mercado tem interesse e o Edital será lançado no momento adequado.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VIII. Atualização sobre o processo de transferência do parque de tancagem do porto de Fortaleza para o Porto do Pecém – Situação da comissão interportos. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Dr. Mário Jorge, Diretor Comercial, informou que em virtude da pandemia, este assunto não está sendo discutido, porém o governo do estado pretende transferir a tancagem para o Porto do Pecém, mas o Porto de Fortaleza objetiva manter a tancagem e fazer as adequações para abastecer a grande fortaleza, tendo em vista que o Porto do Mucuripe está com 70mil m³ de capacidade de armazenagem e com as adequações propostas ficaria em torno de 100mil a 120mil m³ toneladas de capacidade de armazenagem. Quanto à motivação do Governo para a retirada da tancagem do Porto de Fortaleza, o Diretor informou que se refere ao risco do transporte dos combustíveis nos caminhões trafegando do interior do estado para Fortaleza, e com a tancagem em Fortaleza os caminhões trafegam somente em Fortaleza. Visando firmar a tancagem no Porto de Fortaleza, a Companhia está dialogando com o Governo Federal para convencer o Governo a ter uma visão sistêmica dos dois Portos.

O Presidente do Conselho, Dr. Fabio Lavor, informou que entende que o modelo que o Governo do Estado do Ceará deveria seguir é semelhante ao modelo da Companhia Docas do Pará, visando a possibilidade de um Porto com capacidade mais ampla e não interrompendo a operação do Porto dentro da Cidade, visto que é o desenho que ele entende como o mais adequado para o estado.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

IX. Atualização sobre o problema do tráfego de caminhões dos moinhos no entorno do porto. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial informou que a Prefeitura Municipal de Fortaleza está realizando uma obra de pavimentação da Avenida Vicente de Castro, bem como a reforma da Praça Amigos da Marinha. Após a obra, a Companhia Docas do Ceará juntamente com a Prefeitura de Fortaleza, tem o projeto de sinalizar com placas a proibição do estacionamento e comercialização no entorno da praça. Com isso, acredita-se que os moinhos possam realizar ações para a solução dos problemas dos caminhões com as áreas de estacionamento.

O Presidente do Conselho informou que a atualização é muito positiva e acredita que essas ações poderão impulsionar o assunto em questão.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

X. Atualização sobre o processo para aumentar o volume de cargas no Píer Petroleiro. Relator: Eduardo Bellaguarda – Representante do ABTP.

O Conselheiro Eduardo Bellaguarda iniciou o assunto informando que em Março e Abril de 2020 teve uma redução substancial de 30% do volume de gasolina e diesel por conta do isolamento social. Com a flexibilização imposta pelo Governo do Estado do Ceará, observou-se um pequeno crescimento no volume e a tendência é aumentar esses volumes até o final do ano de 2020, visando à recuperação dos volumes de vendas. O Conselheiro ressaltou que o mercado não está sendo abastecido somente pela Petrobras, pois existem outras esferas atuando. Com relação aos demais derivados, como asfalto, acompanhado pelo programa federal de investimento na área de infraestrutura, tem sido registrado um aumento além da

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

expectativa para o ano, bem como se registrou um acréscimo no gás de cozinha. Foi registrada baixa na área de querosene de aviação, visto que houve as suspensões dos voos nacionais e internacionais.

O Presidente do CAP agradeceu as informações prestadas.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

ASSUNTOS GERAIS:

O Conselheiro Francisco Santana informou que a Companhia Docas do Ceará vem desenvolvendo um trabalho para melhorar a relação de custo da energia elétrica para a safra de frutas de 2020, junto aos clientes e armadores. Contudo, solicitou a dedicação dos membros do CAP em torno da safra de frutas, visto que se mantém como um privilégio do Porto de Fortaleza.

O Conselheiro Caio Breno Moreira, representante do Ministério da Agricultura, informou que a expectativa é que ocorra tudo bem na safra de frutas de 2020 no Ceará.

A Diretora Mayhara Chaves agradeceu a colaboração de todos que tem participado efetivamente e proativamente nesse momento de pandemia, e ressaltou que a ajuda de todos presentes é fundamental para a continuidade das atividades essenciais do Porto de Fortaleza. A Diretora agradeceu o empenho de todos os colaboradores que continuam trabalhando.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Constatada a inexistência de qualquer outro assunto a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho de Autoridade Portuária que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes e pela secretária.

Fortaleza, 19 de junho de 2020.

FABIO LAVOR TEIXEIRA
Presidente do CAP

MAYHARA MONTEIRO PEREIRA CHAVES
Conselheiro

MÁRIO JORGE CAVALCANTI MOREIRA
Conselheiro

BRUNO IUGHETTI
Conselheiro

FRANCISCO JOSÉ T. SANTANA
Conselheiro

CAIO BRENO MOREIRA DAMASCENO
Conselheiro

RODRIGO DE CASTRO PEREIRA
Conselheiro

RANIELE FERREIRA DE LIMA
Conselheiro

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

FRANCISCO JOSÉ LIMA MATOS
Conselheiro

JOSE RIBAMAR DOS SANTOS FILHO
Conselheiro

RICARDO BARILLO CRUZ
Conselheiro

EDUARDO CÉSAR DE OLIVIERA BELLAGUARDA
Conselheiro

OSWALDO GEORGE FONTENELE
Conselheiro

JOSÉ VALDECI ALVES DA SILVA
Conselheiro

MAYARA SOUSA
Secretária